

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.325 - MG (2019/0270606-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **PAULO TADEU RODRIGUES ROSA**
RECORRENTE : **ELIANE FERREIRA MACEROU**
ADVOGADO : **MÁRCIO EUSTAQUIO VIEIRA LOPES - MG101172**
RECORRIDO : **EDIFÍCIO RESIDENCIAL SAN MARTIN**
RECORRIDO : **SILVERIO AFONSO TURANI**
RECORRIDO : **TELMA DE SOUZA DIAS**
ADVOGADOS : **THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT E OUTRO(S) - MG101330**
: **LUCAS WANDERLEY DE FREITAS - MG118906**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJMG assim ementado (e-STJ fl. 564):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS - CONDOMÍNIO EDILÍCIO - SUPOSTA DESÍDIA DO CONDOMÍNIO E DO SÍNDICO NA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE INFILTRAÇÕES NA FACHADA, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE FUNDO DE RESERVA ESPECÍFICO - PRELIMINAR DE COISA JULGADA - REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA PARCIAL DE INTERESSE RECURSAL SUSCITADA DE OFÍCIO - ACOLHIMENTO. DANOS MORAIS - NÃO CONFIGURAÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO CONFIGURAÇÃO.

1 - A coisa julgada se aperfeiçoa quando é reproduzida ação anteriormente ajuizada, já decidida por sentença transitada em julgado, entendendo-se idênticas duas ações quando tiverem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, Art. 337, § 2º e § 4º do CPC/15.

2 - Considerando que, nos pontos em que se afirmou a ausência de interesse recursal, não há razões de pedido de reforma e tampouco um pedido de nova decisão, art. 1.010 do CPC, mas apenas comentários sobre o acerto da decisão de 1º grau, não há como acolher a preliminar.

3 - Falece à parte o interesse em rever o capítulo alusivo ao pedido cominatório, uma vez que a obra já foi realizada.

4 - No tocante ao dano moral, a sua ocorrência demanda a existência de efetiva ofensa a algum dos direitos da personalidade da parte lesada, que são aqueles constitutivos da própria identidade da pessoa humana, intransmissíveis e irrenunciáveis. A despeito de as obras serem necessárias, o fundo formado para reforma externa ainda não havia atingido um patamar suficiente para o início dos trabalhos e, diante disso, não há qualquer conduta ilícita do condomínio ou do síndico passível de gerar indenização por danos morais. Danos morais suprimidos.

5 - "A tipificação como ato de litigância de má-fé exige que a conduta seja dolosa, manifestada de forma intencional e temerária em clara e indiscutível violação dos princípios da boa-fé e da lealdade processual".

Assim, não estando presentes quaisquer das hipóteses discriminadas no art. 142 do CPC/15, impõe-se a sua rejeição.

Os embargos de declaração foram rejeitados com imposição de multa (e-STJ fls. 599/606).

Em suas razões (e-STJ fls. 609/626), os recorrentes alegam, além de

divergência jurisprudencial, violação dos arts. 489, § 1º, IV, 373, I, 1.013 e 1.022 do CPC/2015, sustentando que (e-STJ fl. 619):

Ao negar provimento à apelação do recorrente, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acabou por infringir os artigos acima colacionados, pois não se manifestou em relação aos argumentos apresentados no apelo do recorrente, deixando de apreciar os mesmos, os quais poderiam, de fato, levar a manutenção da sentença de primeiro grau.

O juiz de primeiro grau julgou procedente a ação ordinária, assim como a medida cautelar, não teve dúvidas quanto à condenação do réu da ação judicial ao pagamento de dano moral. Contudo, o Tribunal de Justiça reconheceu que a obra era necessária, manteve a cautelar, afastou o dano moral e condenou os recorrentes ao pagamento de honorários.

Mas, estranhamente, permissa vênia, o Desembargador relator do acórdão no TJMG afastou o dano moral não com fundamento jurídico, mas com alegações fáticas, como por exemplo, com a utilização do termo "imbróglio", contrariando precedentes, por exemplo, do Superior Tribunal de Justiça a respeito da matéria.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 688/697).

É o relatório.

Decido.

A insurgência não merece prosperar.

Da violação do 1.022 do CPC/2015

O Tribunal *a quo* manifestou-se da seguinte forma quanto aos temas trazidos nos embargos declaratórios (e-STJ fls. 575/580):

Verifica-se que a discussão dos autos perpassou inclusive o uso ou não de andaimes e "balancinhos", notadamente no interesse, respectivamente, dos proprietários da cobertura e da área privativa - autores e réus - ambos mais ou menos afetados em sua vida diária, a depender da técnica escolhida para a obra.

Não obstante, toda obra desse porte, comumente realizada por empresa de engenharia, possui um responsável técnico que é quem tem o dever de aferir e aplicar as normas adjacentes, restando notório que esta discussão decorre unicamente do histórico de embates ente vizinhos. De um lado, os 1's apelantes não desejavam o trânsito de trabalhadores em sua unidade de cobertura para de lá descenderem pelos "balancinhos", e, de outro, TELMA e SILVÉRIO não pretendiam a utilização de andaimes partindo da sua unidade de área privativa, com os mesmos inconvenientes.

É de se acrescentar que a justificativa utilizada pelo CONDOMÍNIO para a demora na início das obras é totalmente plausível já que, não possuindo ainda todo o numerário para a realização da obra, não poderia assumir um compromisso que não seria capaz de cumprir, ainda que houvesse um parcelamento.

Destarte, caso a obra tivesse sido mesmo definida como de caráter emergencial, o condomínio poderia ter assumido um financiamento ou entabulado aportes mais significativos, sendo que a opção pelos depósitos de R\$200,00 por mês, por unidade, a toda evidência, retratava uma projeção bastante longínqua.

[...]

Logo, a demora no início das obras ocorreu justamente em razão de um planejamento equivocado do condomínio, o qual, ausente a prova de um abuso, não se submete ao controle do Judiciário, sendo inerente à autonomia privada e aos regramentos legais.

[...]

No tocante ao dano moral, a sua ocorrência demandaria a existência de efetiva ofensa a algum dos direitos da personalidade da parte lesada, que são aqueles constitutivos da

própria identidade da pessoa humana, intransmissíveis e irrenunciáveis. São exemplos de direitos da personalidade o nome, a honra, a integridade física e psicológica, dentre outros.

A caracterização do dano moral exige que o ato lesivo seja hábil a impactar a esfera jurídica do homem médio, causando-lhe sofrimento, angústia e desgosto. O julgador não pode ter como parâmetro pessoa extremamente insensível, indiferente, ou aquela que possua melindre exacerbado.

Nota-se que a condenação do condomínio, caso mantida, a todos afetaria, inclusive vizinhos que nada têm a ver com a discussão, e traria maiores dificuldades para execução dos serviços e descontentamentos ainda maiores entre condôminos.

Em verdade, pelo bem comum, as partes devem recobrar o diálogo e repensarem a convivência no espaço comum, sendo certo que, como dito no capítulo anterior, todo o imbróglio se deu por escolhas equivocadas de todos os condôminos, que optaram pela formação de um fundo modesto para uma obra que seria de grande vulto e que teria que ser feita em menor tempo.

Logo, *in casu*, não se vislumbra a ocorrência de um dano moral indenizável em face do condomínio, do síndico ou da sua esposa, devendo, neste capítulo, ser acolhido o 2º apelo, com o decote dos danos morais, e, *pari passu*, desprovido o 1º.

[...]

Em reformulação à sucumbência definida em 1º grau e sob o princípio da causalidade, condeno os autores/1º apelantes ao pagamento das custas processuais e recursais e dos honorários advocatícios que, por medida equitativa, arbitro em R\$4.000,00, metade para os patronos do Condomínio, metade para os patronos de TELMA e SILVÉRIO.

E, ainda, esclareceu no julgamento dos embargos de declaração (e-STJ fls.

604/605):

O certo é que houve fundamentação exauriente no tocante à exclusão dos danos morais. Como dito, todo o imbróglio se deu em razão de um planejamento mal conduzido pela coletividade condominial - em que se inserem os embargantes - não sendo plausível que uma decisão referente a uma obra tão necessária, como afirmam, seja deliberada com um fundo tão modesto e sem assertividade nas proposições.

Soma-se a isso o fato de que aquele que se habilita a residir em condomínio deve se curvar à vontade da maioria, sendo notório que, no ambiente de reuniões e nas discussões que versam sobre as áreas comuns, há sempre um nível maior de tensão que deve ser suportado por todos, o que é consequência natural das divergências nas prioridades e no modo de vida de cada um.

Dessa forma, verifica-se que a matéria controvertida foi devidamente enfrentada e fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Assim, o Tribunal de origem não incorreu em omissão, contradição ou obscuridade.

Logo, quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, não assiste razão à parte recorrente. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EMBARGOS À EXECUÇÃO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU EM PARTE DO RECLAMO E, NESTA EXTENSÃO, DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO APENAS PARA AFASTAR A CONDENAÇÃO/MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE.

1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo órgão julgador de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões ou contradições, portanto, inexistente a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15. Consoante entendimento desta Corte, não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota para a resolução da causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo

recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta, como ocorre na hipótese. Precedentes.

2. [...]

2.1. [...]

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.671.536/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 4/10/2018, DJe 17/10/2018.)

Dos danos morais

O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, bem como a demonstração do dissídio, mediante o cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas.

Contudo, os recorrentes não indicaram dispositivo legal ao qual teria sido atribuída a suposta interpretação divergente.

Incide, portanto, a Súmula n. 284/STF. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DESPESAS REALIZADAS EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente. Súmula 284 do STF.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.024.730/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 21/8/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ERRO MÉDICO. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO.

[...]

3. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.562.730/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/4/2016, DJe 12/4/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTE SIGNATÁRIO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO ANTE A AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NOS MOLDES LEGAIS E EM DECORRÊNCIA DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E 5 E 7, DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É assente na jurisprudência desta Corte que a mera transcrição de ementas e excertos, desprovida da realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, a

fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

1.1. Não se trata de formalismo exacerbado não conhecer das irrisignações amparadas na alínea "c" do permissivo constitucional quando não obedecido o que estabelecem os arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 2º, do RISTJ. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.287.223/SC, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 31/3/2016.)

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília - DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator